

**REAL SOCIEDADE PORTUGUESA DE
BENEFICÊNCIA.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E RELATÓRIO DOS
AUDITORES INDEPENDENTES**

REAL SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023.

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 – Demonstração dos resultados abrangentes

Quadro 4 – Demonstração das mutações do património líquido

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
Real Sociedade Portuguesa de Beneficência.
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Real Sociedade Portuguesa de Beneficência** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Real Sociedade Portuguesa de Beneficência** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Sem ressaltarmos nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 26. A Entidade reconhece que enfrenta dificuldades financeiras, sucessivos déficits e baixos índices de liquidez. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações e não possuem ajustes em caso de descontinuidade.

Auditoria de valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditadas e o relatório de auditoria, datado de 15 de abril de 2024, foi emitido sem ressalva e com parágrafo de ênfase referente aos seguintes assuntos: (i) Investimento em outra sociedade, e (ii) Continuidade das operações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas-SP, 03 de abril de 2025

ALEXANDRE FERRETTI Assinado de forma digital por
REGINALDO:2189676 **ALEXANDRE FERRETTI**
5840 **REGINALDO:21896765840**
Dados: 2025.04.03 16:09:45
-03'00'

QUADRO 1

Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (RSPB)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em reais)

ATIVO	nota	2024	2023	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBER	nota	2024	2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.201.381	3.982.077	Empréstimos e financiamentos	10	10.994.049	6.741.763
Clientes	5	13.124.363	12.287.423	Acordos com fornecedores	11	398.204	383.443
Estoques	6	3.086.992	2.908.330	Fornecedores e Prestadores de Serviços	16	21.851.202	23.980.975
Adiantamentos a fornecedores	-	2.947.890	1.278.597	Honorários médicos	-	3.679.575	2.982.632
Impostos a recuperar	-	1.375.345	781.902	Obrigações sociais	12	14.878.465	9.153.356
Total do ativo circulante		29.735.971	21.238.329	Adiantamentos de clientes - produção médica	13	20.541.238	20.546.528
				Obrigações tributárias	14	5.045.886	9.933.254
NÃO CIRCULANTE				Obrigações tributárias - Parcelamentos	15	3.914.504	11.952.489
Bloqueios judiciais e outros ativos	7	1.157.576	1.098.627	Receitas diferidas	-	150.000	150.000
Investimentos	8	4.311.209	4.002.971	Outras contas a pagar	-	7.733.162	701.020
Imobilizado	9	16.843.639	16.216.727	Total do passivo circulante		89.186.285	86.525.460
Total do ativo não circulante		22.312.424	21.318.325	NÃO CIRCULANTE			
				Empréstimos e financiamentos	10	23.748.997	28.568.470
TOTAL DO ATIVO		52.048.395	42.556.654	Fornecedores e Prestadores de Serviços	16	28.428.849	35.823.731
				Acordos com fornecedores	11	413.748	216.100
				Receitas diferidas	-	875.000	875.000
				Provisão de contingências trabalhistas	17	6.299.472	4.516.642
				Provisão de contingências tributárias	18	14.371.796	14.371.796
				Obrigações tributárias - Parcelamentos	15	56.235.520	46.360.580
				Total do passivo não circulante		130.373.382	130.732.319
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
				Patrimonio social	-	17.153.825	17.153.825
				Reservas de reavaliação	-	10.209.882	10.209.882
				Déficits acumulados	-	(201.690.528)	(208.880.381)
				Outros Resultados Abrangentes	-	6.815.549	6.815.549
				Total do patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)		(167.511.272)	(174.701.125)
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOE		52.048.395	42.556.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (RSPB)

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em reais)

	nota	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	19	132.014.315	96.883.818
Custo dos serviços prestados	20	(101.193.963)	(83.016.063)
RESULTADO BRUTO		30.820.352	13.867.755
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	21	(46.002.830)	(37.110.898)
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas	22	34.253.958	26.396.561
		(11.748.872)	(10.714.337)
(DÉFICIT) / SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		19.071.480	3.153.418
Despesas financeiras		(22.383.498)	(28.203.512)
Receitas financeiras	23	10.501.871	14.535.992
RESULTADO DO EXERCÍCIO		7.189.853	(10.514.102)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (RSPB)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em reais)

	2024	2023
(Déficit) / Superávit líquido do exercício	7.189.853	(10.514.102)
Receita com combinação de negócio (Centro de Oncologia)	-	6.815.549
Total de resultados abrangentes do exercício	7.189.853	(3.698.553)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (RSPB)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL (PASSIVO A DESCOBERTO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Reservas de reavaliação	Reserva de moratória - Pró SUS	Superávits (Déficits) acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	17.153.825	10.209.882	-	(208.880.381)	6.815.549	(174.701.125)
Resultado do exercício	-	-	-	7.189.853	-	7.189.853
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	17.153.825	10.209.882	-	(201.690.528)	6.815.549	(167.511.272)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (RSPB)

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em reais)**

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do exercício	7.189.853	(10.514.102)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Combinação de negócio (Centro de Oncologia)	-	(35.000.000)
Depreciações	1.978.112	1.978.112
Valor residual do ativo imobilizado baixado	4.634	4.634
	9.172.599	(43.531.356)
(Aumento) diminuição dos ativos:		
Clientes	(836.940)	(1.634.200)
Estoques	(178.662)	(31.821)
Adiantamentos	(1.669.293)	(799.324)
Depósitos judiciais - não circulante	(58.949)	(55.935)
Antecipação de aluguel	-	-
Impostos a recuperar	(593.443)	(424.729)
Aumento (diminuição) dos passivos:		
Fornecedores - circulante	(2.129.773)	8.769.524
Acordos com fornecedores	14.761	(562.587)
Honorários médicos	696.943	(191.697)
Obrigações tributárias	(4.887.368)	3.230.371
Obrigações tributárias - Parcelamentos - circulante	(8.037.985)	(861.999)
Obrigações sociais	5.725.109	1.508.816
Adiantamento de clientes	(5.290)	10.505.031
Outras contas a pagar	7.032.142	185.198
Acordos com fornecedores - não circulante	197.648	(144.067)
Provisão de contingências - não circulante	1.782.830	516.421
Obrigações tributárias - Parcelamentos - não circulante	9.874.940	2.639.278
Fornecedores - não circulante	(7.394.882)	27.696.919
	(468.212)	50.345.199
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDOS) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.704.387	6.813.843
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Investimentos	(308.238)	25.999.999
Adições de bens do ativo imobilizado	(2.609.658)	(508.482)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(2.917.896)	25.491.517
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos e financiamentos - circulante	4.252.286	(16.578.949)
Empréstimos e financiamentos - não circulante	(4.819.473)	(15.368.443)
Reserva de moratória - Pró SUS	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(567.187)	(31.947.392)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS, DE INVESTIMENTOS E DE FINANCIAMENTOS	5.219.304	357.968
A VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA É ASSIM DEMONSTRADA:		
No início do período	3.982.077	3.624.109
No fim do período	9.201.381	3.982.077
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.219.304	357.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REAL SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Real Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campinas é uma sociedade civil fundada em 20 de julho de 1873, de fins não econômicos, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal respectivamente pelo Decreto Federal de 08/10/1996; Lei Estadual nº 4.402, de 27/11/1957; e Lei Municipal nº 1.971, de 23/12/1958.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a lei 11.638/2007, 11.941/2009 e suas respectivas alterações, o pronunciamento técnico PME – contabilidade para pequenas e médias empresas e demais dispositivos legais e normativos pertinentes às Instituições de Fins Filantrópicos, as Resoluções CFC nº 1.159/09 e nº. 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 – Entidades sem fins lucrativos

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A moeda funcional e de apresentação da Entidade é o real (R\$).

3.2. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Entidade.

A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem, quando aplicável: i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; ii) a estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário; iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

3.3. RESULTADO

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

3.4. ATIVOS CIRCULANTES

a. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, saldos em conta corrente (bancos) e aplicações financeiras, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização.

b. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A Entidade revisa anualmente a necessidade de ajuste de seus recebíveis a valor presente. Também são reconhecidos como Estimativa para Perdas sobre Créditos de Liquidação Duvidosa (EPCLD), valores vencidos a mais de 360 dias cujos processos de cobrança foram efetuados e a Administração, em conjunto com a controladoria, entendem que não serão realizados por meio de recebimento.

c. Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo médio ponderado.

A administração efetua inventários físicos, por meio de contagens periódicas para que seja possível a mensuração da quantidade e valorização adequada.

3.5. ATIVOS NÃO CIRCULANTES

a. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas taxas que levam em consideração a vida útil dos bens.

3.6. DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos são registrados pelos seus valores de aquisição e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

3.7. PASSIVOS CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável.

3.8. DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.9. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixas, emitido pelo CPC. As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita da Entidade e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimentos: são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos em atividade operacional e de financiamento.
- Atividades de financiamentos: são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela Entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa	22.132	62.668
Bancos	6.550.112	1.320.185
Aplicação financeira	2.629.137	2.599.224
	<u>9.201.381</u>	<u>3.982.077</u>

5. CLIENTES

	2024	2023
Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência	8.823.670	7.369.218
Sistema Único de Saúde - SUS	3.639.939	3.639.939
Outros créditos	1.026.747	1.005.304
Convênios a receber	678.439	907.975
Aluguéis	41.775	41.381
Cheques devolvidos	24.444	24.444
(-) Provisão para perda sobre crédito	(1.110.651)	(700.838)
	<u>13.124.363</u>	<u>12.287.423</u>

6. ESTOQUES

	2024	2023
Materiais e medicamentos	2.656.636	2.490.385
Outros estoques	407.416	394.427
Gêneros alimentícios	22.940	23.518
	<u>3.086.992</u>	<u>2.908.330</u>

7. BLOQUEIOS JUDICIAIS

Refere-se a bloqueios judiciais para processos de esfera trabalhista e cível, que estão em tramite e aguardam decisão judicial.

8. INVESTIMENTOS

	2024	2023
Imóveis destinados a renda com aluguéis	3.799.612	3.799.612
Investimentos em outras sociedades (i)	339.326	3.359
Títulos de capitalização	172.271	200.000
	<u>4.311.209</u>	<u>4.002.971</u>

(i) Investimentos em outras sociedades

O investimento em outra sociedade está vinculado a decisão da entidade aportar recursos na Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência, a fim de contribuir para cumprimento da obrigação regulatória da Agência Nacional de Saúde Complementar – ANS e Lei 9.656/98 no que tange a constituição da margem de solvência.

O referido investimento foi aprovado pela Diretoria Executiva da Entidade.

O estatuto social da Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência no seu art. 42 determina que a referida entidade não distribuirá resultado, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto, por essa razão não foi contabilizado nenhum resultado de equivalência patrimonial.

Imóveis destinados a renda

Os imóveis destinados a renda com aluguéis geraram uma renda anual de \$ 305.032 em 2024 e R\$ 472.600 em 2023.

Títulos de Capitalização

Refere-se a saldos aplicados em títulos de capitalização bancários.

9. IMOBILIZADO

Descrição	depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2024	2023
Edifício social	4%	15.649.793	(11.558.733)	4.091.060	4.916.311
Reavaliação edifício social	4%	13.519.428	(8.111.657)	5.407.771	5.948.548
Aparelhos médicos e instrumentais	10%	6.662.412	(3.692.553)	2.969.859	2.007.636
Móveis, utensílios e equipamentos	10%	6.376.142	(3.330.175)	3.045.967	1.902.944
Reavaliação de outros imóveis de uso	4%	1.052.356	(631.413)	420.943	463.037
Outros imóveis de uso	4%	844.508	(413.379)	431.129	471.299
Veículos	20%	327.644	(230.259)	97.385	112.483
Utensílios de copa e cozinha	10%	109.126	(91.105)	18.021	17.959
Equipamentos de informática	20%	1.407.205	(1.063.775)	343.430	359.339
Ferramentas e utensílios de manutenção	10%	55.761	(37.687)	18.074	17.171
		<u>46.004.375</u>	<u>(29.160.736)</u>	<u>16.843.639</u>	<u>16.216.727</u>

Mapa de movimentação do imobilizado

	2023		2024	
	Final	Adições	Baixas	Final
Custos				
Edifício social	15.649.793	-	-	15.649.793
Reavaliação edifício social	13.519.428	-	-	13.519.428
Aparelhos médicos e instrum.	5.403.772	1.289.484	(30.844)	6.662.412
Móveis, utensílios e equipam.	4.968.375	1.618.243	(210.476)	6.376.142
Reav. de outros imóveis de uso	1.052.356	-	-	1.052.356
Outros imóveis de uso	844.508	-	-	844.508
Veículos	327.644	-	-	327.644
Utensílios de copa e cozinha	105.995	3.131	-	109.126
Equipamentos de informática	1.284.573	124.380	(1.748)	1.407.205
Ferramentas e utensílios de manut.	52.304	3.457	-	55.761
	<u>43.208.748</u>	<u>3.038.695</u>	<u>(243.068)</u>	<u>46.004.375</u>
Depreciação acumulada				
Edifício social	(10.733.482)	(825.251)	-	(11.558.733)
Reavaliação edifício social	(7.570.880)	(540.777)	-	(8.111.657)
Aparelhos médicos e instrum.	(3.396.136)	(296.417)	-	(3.692.553)
Móveis, utensílios e equipam.	(3.065.431)	(305.949)	41.205	(3.330.175)
Reav. de outros imóveis de uso	(589.319)	(42.094)	-	(631.413)
Outros imóveis de uso	(373.209)	(40.170)	-	(413.379)
Veículos	(215.161)	(15.098)	-	(230.259)
Utensílios de copa e cozinha	(88.036)	(3.069)	-	(91.105)
Equipamentos de informática	(925.234)	(140.289)	1.748	(1.063.775)
Ferramentas e utensílios de manut.	(35.133)	(2.554)	-	(37.687)
	<u>(26.992.021)</u>	<u>(2.211.668)</u>	<u>42.953</u>	<u>(29.160.736)</u>
Imobilizado líquido	<u>16.216.727</u>	<u>827.027</u>	<u>(200.115)</u>	<u>16.843.639</u>

10. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição financeira	Modalidade	Status	Encargos financeiros	2024	2023
Banco Caixa Econômica Federal	Capital de giro	Em vigor	1,25% a.m	19.142.519	9.691.398
Banco Caixa Econômica Federal	Capital de giro	Em vigor	1,20% a.m	-	5.720.762
Banco Daycoval S.A.	Capital de giro	Encerrado	0,75% a 1,64% a.m.	-	-
Banco Daycoval S.A.	Capital de giro	Encerrado	1,2% a.m.	-	-
Banco Daycoval S.A.	Capital de giro	Em vigor	0,88% a.m.	941.966	754.276
Banco Daycoval S.A.	Capital de giro	Em vigor	1,09% a.m	634.479	902.222
Banco Daycoval S.A.	Capital de giro	Em vigor	0,72% a.m	-	1.025.083
Banco Daycoval S.A.	Capital de giro	Encerrado	1,2% a.m.	-	-
Banco Pine	Capital de giro	Em vigor	0,86% a.m	3.813.989	5.918.228
Banco Pine	Capital de giro	Encerrado	0,75% a.m.	-	-
Banco Pine	Capital de giro	Encerrado	0,79% a.m.	-	-
Banco Santander S.A.	Capital de giro	Encerrado	0,65% a.m	-	-
Banco Santander S.A.	Capital de giro	Novo	0,47% a.m	5.437.352	6.500.003
Unicred do Estado de São Paulo	Capital de giro	Encerrado	0,49% a 1,18% a.m.	-	-
Unicred do Estado de São Paulo	Capital de giro	Novo	0,69% a.m	4.228.297	4.194.261
Uniprime Cooperativa de Crédito	Capital de giro	Em vigor	0,49% a 2% a.m.	604.000	604.000
				<u>34.802.602</u>	<u>35.310.233</u>
Passivo circulante				10.994.049	6.741.763
Passivo não circulante				<u>23.748.997</u>	<u>28.568.470</u>
				<u>34.743.046</u>	<u>35.310.233</u>

11. ACORDO COM FORNECEDORES

Representado por acordos realizados com fornecedores e prestadores de serviços médicos.

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2024	2023
Férias a pagar	6.754.539	5.052.622
13º Salários	3.471.762	229.384
Salários	2.703.326	2.419.211
FGTS	1.080.228	293.306
Acordos trabalhistas	404.204	270.556
Empréstimo consignado	234.175	184.605
Sindicato	177.647	626.168
Rescisões	67.961	76.726
Pensão alimentícia	(15.377)	781
	<u>14.878.465</u>	<u>9.153.359</u>

13. ADIANTAMENTO DE CLIENTES – PRODUÇÃO MÉDICA

Os valores em aberto a título de Adiantamento de clientes referem-se a valores pagos pela Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (“ASPB” ou Plano de Saúde) e eles serão pagos ou compensados durante o próximo exercício social.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2024	2023
ISSQN	3.911.059	3.795.550
IR Retido na Fonte	827.794	3.130.775
INSS	299.268	2.753.775
PIS sobre folha	5.286	250.674
Taxa de lixo	2.479	2.480
	<u>5.045.886</u>	<u>9.933.254</u>

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – PARCELAMENTO - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Tributo	Status	2024			2023		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
INSS	Deferida e consolidada	3.334.723	24.499.868	27.834.591	4.014.088	9.647.967	13.662.055
Outros débitos	Parcelamento	507.667	31.392.619	31.900.286			
Simplificado II	Parcelamento	72.114	192.909	265.023	382.550	1.498.321	1.880.871
PERT Previdenciário I	Deferida e consolidada	-	-	-	3.754.337	18.516.566	22.270.903
IRRF/PIS/COFINS	Deferida e consolidada	-	-	-	159.075	4.248.520	4.407.595
PERT II - PIS/IRRF	Parcelamento	-	-	-	31.941	3.744.495	3.776.436
PERT Previdenciário I	Parcelamento	-	-	-	129.818	4.195.185	4.325.003
FGTS	Parcelamento	-	150.124	150.124	-	2.355.521	2.355.521
IRRF	Parcelamento	-	-	-	73.863	152.657	226.520
INSS Patronal	Parcelamento	-	-	-	510.983	2.001.348	2.512.331
Simplificado I	Parcelamento	-	-	-	2.895.834	-	2.895.834
		<u>3.914.504</u>	<u>56.235.520</u>	<u>60.150.024</u>	<u>11.952.489</u>	<u>46.360.580</u>	<u>58.313.069</u>

16. FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS – CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

	2024	2023
Fornecedores	7.616.232	9.807.625
Confissão de dívida - Investimento Oncologia (i)	7.000.000	7.000.000
Honorários de serviços de assessoria empresarial e advocacia (ii)	5.950.000	5.950.000
Contrato Pediatria	520.000	520.000
Acordo Sanasa	348.982	348.982
Acordo com sindicato	215.820	-
Acordo Centro Saneamento	144.067	144.067
EGM Engenharia	56.101	66.301
Acordos Cíveis	-	144.000
Total do passivo circulante	21.851.202	23.980.975
Confissão de dívida - Investimento Oncologia (i)	21.000.000	28.000.000
Honorários de serviços de assessoria empresarial e advocacia (ii)	4.462.500	4.462.500
Acordo Sanasa	2.966.348	3.315.330
EGM Engenharia	-	45.901
Total do passivo não circulante	28.428.848	35.823.731

- (i) Em 29 de dezembro de 2022, a Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência – ASPB (“Operadora”) e o Hospital firmaram um contrato de compra e venda, adquirindo do Hospital, o negócio de tratamento oncológico (Centro de Oncologia e Hematologia) que fica localizado dentro do Hospital, por entender à época, que este negócio possuía grande sinergia com a Operadora.

Contudo, no decorrer do exercício de 2023, a Operadora não conseguiu desenvolver o negócio a ponto de tornar-se rentável. Desta forma, foi celebrado um Termo de Confissão de Dívida entre as partes, onde os valores pagos pela Operadora envolvendo o montante de R\$ 35.000.000 serão discutidos e devolvidos para a Operadora no decorrer dos próximos exercícios.

- (ii) O Hospital impetrou uma ação cível pública por ato de improbidade administrativa sob o nº 1036451-53.2023.8.26.0114 em trâmite perante a 3.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campinas-SP, cujo objeto são os contratos discutidos relativos aos serviços prestados de assessoria para o parcelamento tributário que embasam os autos principais de execução de embargos de cobrança sob os termos dos processos eletrônicos nº 1011907-98.2023.8.26.0114 e nº 1011918-30.2023.8.26.0114, dessa forma, o Hospital cessou os pagamentos relativos aos serviços em 2023. Os contratos foram firmados no montante de R\$ 21.000.000 que seriam pagos em trinta e sete parcelas, sendo uma entrada (paga na assinatura do contrato) e mais trinta e seis parcelas, sendo a última com vencimento em abril de 2024. Os contratos possuem valores distintos. Parte dos valores a pagar estão classificados na rubrica de Fornecedores no passivo circulante.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Processos trabalhistas reconhecidos na contabilidade

O saldo de R\$ 4.802.299 está composto em sua maioria por ações trabalhistas nas quais os autores requerem verbas trabalhistas (horas extras, adicionais por insalubridade), indenizações (por acidente de trabalho, doença e danos morais).

Processos cíveis reconhecidos na contabilidade

O saldo de R\$ 1.497.173 está composto por ações de indenizações por danos morais, cobrança de honorários médicos e descumprimento de acordos.

18. PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

Tributo	Status	2024		2023	
		Não circulante	Total	Não circulante	Total
Ressarcimento ao Sus ISS Terceiros	Parcelamento	7.794.842	7.794.842	7.794.842	7.794.842
	Em negociação	6.576.954	6.576.954	6.576.954	6.576.954
		<u>14.371.796</u>	<u>14.371.796</u>	<u>14.371.796</u>	<u>14.371.796</u>

19. RECEITA LIQUIDA

	2024	2023
Convênios	99.476.088	72.508.250
SUS - Sistema Único de Saúde	32.948.177	25.584.864
Contrato Prefeitura	529.862	131.000
Particular	407.791	561.364
(-) Glosas SUS	(1.256.052)	(1.845.793)
(-) Glosas	(91.551)	(55.867)
	<u>132.014.315</u>	<u>96.883.818</u>

20. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2024	2023
Honorários médicos	(38.696.060)	(30.804.251)
Materiais e medicamentos	(15.343.379)	(14.229.235)
Salários, encargos e outros benefícios	(34.816.936)	(26.485.723)
Prestadores de serviços hospitalares (limpeza, gases, imagem e outros)	(6.047.184)	(5.995.621)
FGTS	(3.254.740)	(3.150.822)
Lavanderia	(1.452.154)	(1.279.774)
Alimentação	(850.979)	(769.793)
Acordos e indenizações	(732.464)	(300.844)
Assistência médica	(67)	-
	<u>(101.193.963)</u>	<u>(83.016.063)</u>

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Salários, encargos e outros benefícios	(24.792.157)	(18.283.923)
Contingência	(4.690.617)	(2.983.771)
Conservação e limpeza	(3.838.089)	(2.821.607)
Manutenção e reparos	(3.251.012)	(3.312.394)
Água, luz e gás	(2.597.112)	(2.002.603)
Depreciação	(2.214.658)	(1.978.728)
Serviços prestados	(1.988.565)	(1.429.848)
Honorários advocatícios	(998.762)	(2.118.007)
Outras despesas	(969.481)	(49.003)
Provisão para devedores duvidosos	(750.248)	(35.818)
Locação	(634.206)	(417.001)
Copa e cozinha	(446.343)	(426.270)
Refeições	(346.265)	(296.535)
Vigilância	(327.764)	(104.657)
Telefone	(320.588)	(77.367)
Aluguel	(305.032)	(472.600)
Legais e trabalhistas	(266.671)	(300.224)
Material de escritório	(178.194)	(164.072)
Honorários consultoria	(79.973)	(17.255)
Associação de classe	(75.013)	(16.674)
Uniformes	(69.577)	(52.192)
IPTU	(58.268)	(74.279)
Combustíveis	(48.238)	(38.438)
Impostos e taxas	(40.394)	(21.379)
Seguro	(27.790)	(27.278)
Assistência religiosa	(22.184)	(19.900)
Honorários auditoria	(21.918)	(4.071)
Consumo	(12.207)	(13.732)
Publicidade e propaganda	(11.775)	(16.996)
Correios	(8.976)	(25.712)
Cursos e palestras	(5.078)	(10.866)
Honorários serviços técnicos	(2.900)	(174.818)
Eventos	(800)	(82.000)
Condução	(750)	(4.294)
Viagem	(716)	(6.169)
Indenizações	-	(6.750)
Ajuste de estoque	-	(5.122)
Jornais e revistas	-	(842)
Reversão de provisões	2.960.107	782.297
	<u>(46.442.214)</u>	<u>(37.110.898)</u>

22. OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS LIQUIDAS

		2024	2023
Outras receitas	(i)	18.126.937	15.474.429
Contrato de uso da marca	(ii)	14.466.926	13.205.993
Receita com gratuidade		9.815.734	8.186.816
Gratuidade		6.315.764	7.038.792
Doações		986.811	906.694
Ajustes de estoque consignado		730.244	394.671
Receita com aluguel de imóveis		395.639	388.603
Programa Mais Santa Casas		28.919	173.511
Venda de ativo imobilizado		956	183.495
Emendas temporárias		-	200.000
(-) Provisão de tributos patronais		-	(4.436.691)
Ajuste de inventário		(16.982)	28.566
(-) Alienação de ativos imobilizados		(26.108)	(122.710)
(-) Gratuidade		(6.315.764)	(7.038.792)
(-) Quota patronal		(9.815.734)	(8.186.816)
		<u>34.693.342</u>	<u>26.396.561</u>

(i) Refere-se em sua maioria aos recebimentos advindos de ressarcimentos de custos e despesas administrativas advindas da Gestão Administrativa da folha de pagamento dos colaboradores da Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência – ASPB (“Operadora”), bem como do Centro de Oncologia e Hematologia do Hospital. Nesta rubrica também são reconhecidas as receitas com refeição aos acompanhantes dos pacientes (R\$ 14 por refeição), utilização de Wifi (R\$ 10 por senha de acesso).

(ii) Refere-se aos valores cobrados da ASPB pela utilização da marca.

22.1 GRATUIDADE

A Entidade está registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, processo nº 025.413/66, deferido em sessão realizada em 06 de setembro de 1966, com renovação Sub Judice através da PORTARIA Nº 1.267, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021, a Concessão do seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (“CEBAS/Saúde”).

23. DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Juros s/ empréstimos bancários	(15.692.926)	(19.165.198)
Juros e multa	(4.048.672)	(7.019.274)
Encargos parcelamento de impostos	(2.192.025)	(1.526.609)
Custas com cartório	(248.402)	(11.101)
Comissões agenciamento de empréstimos	(166.683)	(226.668)
Despesas bancárias	(21.562)	(27.978)
Descontos concedidos	(12.214)	(7.916)
Variação monetária	(1.014)	(218.768)
	<u>(22.383.498)</u>	<u>(28.203.512)</u>

24. RECEITAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Descontos obtidos	9.527.657	9.055.727
Rendimentos de aplicações	857.179	723.519
Juros e multas ativos	93.284	4.748.961
Depósitos judiciais	23.751	7.785
	<u>10.501.871</u>	<u>14.535.992</u>

25. SEGUROS

A Administração da Entidade adota uma política de seguros que considera principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes, levando-se consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

As transações financeiras efetuadas pela Entidade em 2024 são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar com vencimento de curto prazo, empréstimos, financiamentos de cunho operacional.

Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado.

A Entidade não possui e, também não efetuou, operações com derivativos financeiros nem com outros ativos financeiros de risco nos exercícios de 2024.

27. PLANO PARA RECUPERAÇÃO DA LUCRATIVIDADE DAS OPERAÇÕES

Embora a Entidade tenha sucessivos déficits, dificuldade financeira e expressiva redução do patrimônio líquido em função da baixa do Programa PRÓ-SUS, a Administração vem buscando promover internamente um programa de governança corporativa, que visa a redução de seus déficits e o aumento da sua liquidez financeira.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram, até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, eventos que devessem refletir em ajustes ou divulgação em notas explicativas.

29. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 03 de abril de 2025.

* * *

Diretoria Executiva

Cláudio Amatte - Presidente

José Henrique Moreira Lopes - Diretor Financeiro

Antônio Mendes Vinagre Jr. - Diretor Secretário

Fábio Toledo Ferreira – Diretor de Patrimônio

Márcia C. Pardal Côrtes – Diretora de Assuntos Jurídicos

Joaquim Vaz de Lima Neto – Diretor de Contabilidade

Roberto Andreoli – Diretor de Relações Públicas

Fernanda Vaccarelli Tournieux – Diretora de Relacionamento com os Associados Remidos

Contadora

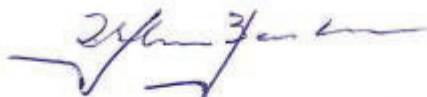
Valdirene de C. Suzzio

CRC 1SP192562/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência inscrita com o C.N.P.J. (MF) n.º 46.030.318/0001-16, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, após examinarem o Balanço Patrimonial, as respectivas Demonstrações de Resultados e os registros contábeis pertinentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do parecer dos auditores independentes Evolução Auditores Independentes S.S. Ltda., concluem que as peças examinadas traduzem, adequadamente, a situação patrimonial e financeira da Instituição.

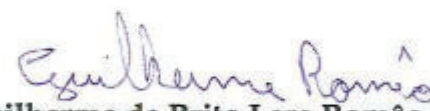
Campinas, 03 de abril de 2025



Dr. Ricardo Vieira de Almeida Barbosa
Presidente



Paulo Jorge Zeraik
Vice-Presidente



Guilherme de Brito Lara Romão
Secretário